

## A estabilidade que gera instabilidade

CARLOS FIRME

A questão da estabilidade demonstra a perplexidade de nossos constituintes. Nenhum empresário, de início, pode garantir a estabilidade de ninguém. Só quem pode garantir não só a estabilidade do emprego mas a própria estabilidade das relações econômicas de um país é o desenvolvimento econômico. Os legisladores não podem, através de decreto, impor se esta ou aquela nação será mais ou menos próspera. Poderão sim, se dotados de lucidez, estabelecer bases e diretrizes que possam induzir ao progresso econômico, respeitando as particularidades do sistema produtivo onde se situa.

Determinar a estabilidade equivale a levar o Brasil para a contramão da História, já que ela não pode conviver com as leis do mercado aberto e com a livre iniciativa. No caso brasileiro, se tal dispositivo legal for aprovado, jovens e dinâmicos empresários terão seu futuro irremediavelmente comprometido. Os pequenos e médios empresários, em regra, têm seu patrimônio pessoal interligado ao patrimônio de suas empresas. Pressionados por uma eventual recessão, e subordinados a uma lei trabalhista draconiana, eles poderão ficar, de uma hora para outra, com seu capital pulverizado e incapazes de ultrapassar as crises. Por outro lado, ainda através desse dispositivo, não mais se poderá premiar os mais produtivos (estes merecem a estabilidade e não ocorrerá jamais a um empresário mandar embora um empregado produtivo). O menos produtivo desfrutará o prêmio da estabilidade.

Nestas circunstâncias, po-

de-se prever que a oferta de mão-de-obra sofrerá forte contração, justamente em época em que deveria experimentar fase de notável expansão. Serão os milhões de jovens brasileiros que buscam anualmente seus empregos os mais sacrificados.

Outro exemplo é o da diminuição da jornada do trabalho. Mais uma vez o legislador mostra-se equivocado. A questão não é jurídica; é eminentemente econômica. É claro que os países que mais se desenvolveram, tendo em vista o progresso tecnológico, puderam diminuir a jornada dos seus trabalhadores, sem diminuição da produtividade. Nós estamos ainda longe desse estágio. Os países que competem com o nosso, na nossa faixa de desenvolvimento, exibem, em muitos casos, jornadas maiores de trabalho. O Brasil está numa etapa em que o desenvolvimento nos colocou frente a uma série de problemas e óbices que somente mais desenvolvimento e trabalho podem resolver.

Outro exemplo diz respeito ao aumento do prazo de afastamento da gestante, que fica ampliado para 120 dias, quando na atual Carta é de 90 dias. Este dispositivo levará à discriminação do trabalho da mulher, não por quaisquer razões ideológicas, mas por óbvias razões econômicas e financeiras.

Os dispositivos em tela, se realmente aprovados, punirão não apenas os empregadores, mas também os empregados. O Brasil pagará preço amargo em redução do nível de empregos e queda de crescimento.

Carlos Firme é empresário e Presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi).

# Ulysses atribui a discriminação na Constituinte reação de Sarney

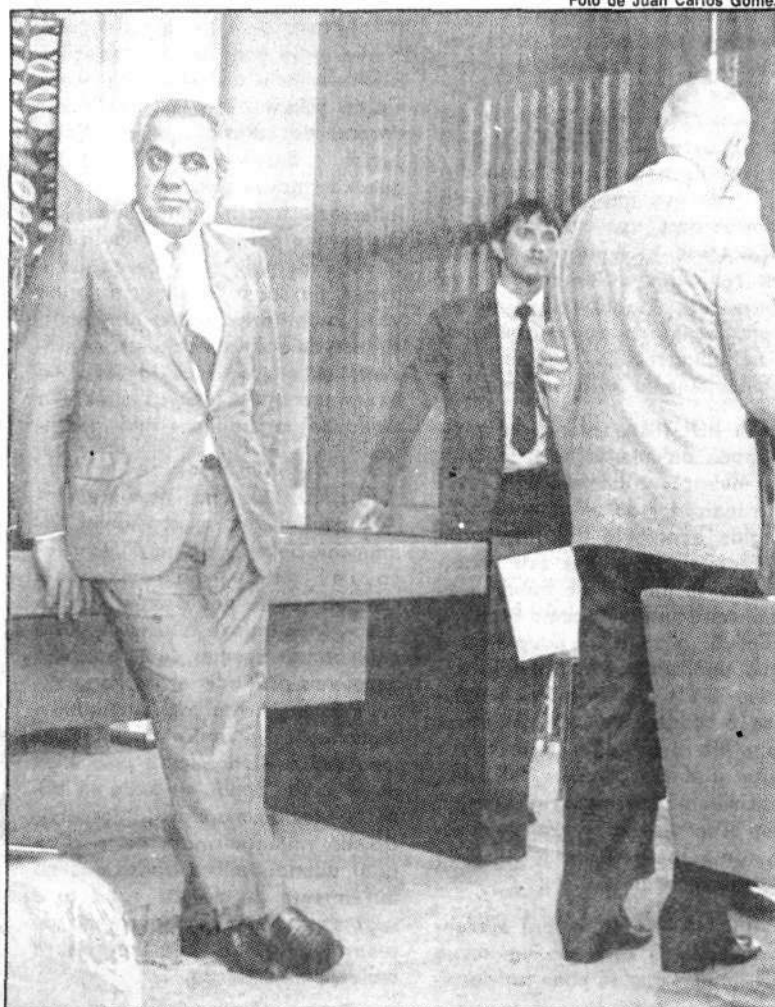
BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, disse ontem, a propósito das declarações do Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Netto, admitindo retaliações aos defensores do mandato de quatro anos, que se o Presidente Sarney está reagindo dessa maneira "é porque vem se sentindo discriminado dentro da Constituinte". Ele reafirmou sua posição a favor do sistema de governo presidencialista e do mandato de cinco anos para Sarney.

Ulysses ressaltou, entretanto, que o juiz de qualquer atitude que venha a tomar o constituinte quanto ao problema do mandato deve ser a sua própria consciência e, principalmente, a opinião pública. E fez questão de destacar a soberania da Assembleia:

— A Constituinte e os constituintes vão se orientar e decidir por sua consciência. Ou é uma Constituinte ou não tem condições de, evidentemente, exercer seu dever em termos de soberania. É soberana ou suserana. Esta é uma Constituinte independente.

As palavras de Ulysses vieram em resposta a uma única pergunta sobre como via a análise do Presidente Sarney ao considerar seus inimigos os parlamentares que votaram pelo mandato de quatro anos. E quando um repórter indagou-lhe se considerava ingerência do Governo na Constituinte a declaração do Porta-Voz Frota Netto, ele não quis responder:

— O que tinha a declarar, já declarei.



Pensativo, o parlamentarista Richa apóia o corpo, à espera de Ulysses

## Richa articula ação de parlamentaristas

BRASÍLIA — O Senador José Richa (PMDB-PR) articula um movimento para que os parlamentaristas da Comissão de Sistematização, como demonstração de força, votem a favor do mandato de quatro anos. Ele confidenciou a um amigo que, se prevalecer o mandato de cinco anos na Sistematização, o Presidente Sarney derrotará os parlamentaristas no plenário da Constituinte.

Enquanto aguardava ser recebido pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, Richa comentou com o Senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) a articulação dos parlamentaristas:

— Precisamos falar com o Arinos. Ele ainda está com os cinco anos.

Pompeu tranquilizou-o:

— Eu falo com ele. Sou seu amigo de longa data.

Segundo Richa, os parlamentaristas estavam dispostos a um entendimento com o Planalto quanto ao mandato de cinco anos, desde que se assegurasse a mudança do sistema de governo. Mas, entre uma reunião e outra com o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), na quarta-feira, os parlamentaristas tomaram conhecimento das declarações de Frota Netto ameaçando com retaliação os parlamentares que votarem pelos quatro anos. A conversação foi interrompida.

— Com a declaração de guerra, a negociação azedou. Até domingo (data da votação do mandato na Sistematização) não há mais possibilidade de acordo concluiu.

## Apelo de Ulysses leva Sarney a adiar viagem oficial à Colômbia

BRASÍLIA — Depois de receber um apelo do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para não se ausentar do País durante os trabalhos finais da Assembleia, o Presidente José Sarney adiou a viagem que faria à Colômbia entre os dias 23 e 26. A assessoria do Presidente Sarney informou que a decisão foi tomada na tarde de quarta-feira, mas só foi anunciada ontem depois de Sarney conversar com o Presidente colombiano.

Ulysses Guimarães — que

substitui Sarney nas viagens ao exterior — alegou estar impedido de assumir a Presidência da República naquele período, pois precisa acompanhar de perto os trabalhos da Constituinte. O Deputado pediu ao Presidente para reduzir ao máximo possível sua ausência do País, já que ele não poderá exercer interinamente a Chefia do Governo.

Diante disso, Sarney preferiu adiar para o próximo mês a visita a Bogotá, mantendo contudo a viagem ao México (dias 26 a 29), quando se reunirá com outros sete Presi-

dentos da América Latina, em Acapulco. Durante esta viagem, Ulysses Guimarães assumirá a Presidência praticamente apenas durante um dia útil, sexta-feira, já que Sarney deve embarcar na quinta-feira à noite.

Se o Palácio do Planalto não tomasse a iniciativa de adiar a viagem por motivos políticos internos, o Presidente ficaria ausente do País entre os dias 23 e 29. Uma equipe do Planalto já visitara Bogotá para organizar a viagem.

## Senador afirma que declarações de Frota consagraram tese dos 4 anos

BRASÍLIA — O Senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem que o mandato de quatro anos para o Presidente Sarney saiu consagrado com as declarações feitas anteontem pelo Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Netto. O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), lamentou que as declarações do Presidente, no sentido de considerar um sinal de inimizade o apoio à redução de seu mandato, "tenham extravasado o ambiente em que foram feitas" e negou que tivessem caráter de ameaça.

As declarações de Frota Netto, cuja repercussão ocupou cerca de uma hora da sessão de ontem de manhã da Comissão de Sistematização, criaram problemas, segundo Richa, para negociações em andamento:

— Isso atrapalhou todas as tentativas de acordo que vinham sendo feitas na Comissão de Sistematização. Eu, se fosse Porta-Voz, teria checado muito bem minhas declarações com o Presidente, para não falar tanta bobagem — disse Richa.

Pela Liderança do PMDB, o Deputado Antônio Brito (RS) afirmou que, sendo representativas do pensamento do Governo, as declarações de Frota significam que a classe política está "diante de um fato grave, que terá resposta em tempo oportuno".

— Se essas informações não forem procedentes, cabe ao Governo realisar, ainda hoje, um desmentido formal". Aplaudido, Antônio Brito disse que não será possível "voltar ao

tempo em que a Pátria era dividida entre amigos e inimigos".

O Deputado Carlos Sant'Anna disse que "a História registrará que o Presidente está se comportando com a maior dignidade em relação aos constituintes e que os que tentam ligar a atitude presidencial a um ato de repressão têm caído no vazio".

— O Presidente não agiu no sentido da ameaça. Ele tinha esperança, numa constatação do óbvio, de que teria ampla maioria na defesa dos cinco anos de mandato, pois só ficariam contra seus inimigos, que ele acreditava que seriam muito poucos.

O Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) disse que a data de ontem era a "menos feliz" para que tais declarações fossem divulgadas, pois estaria em votação, à noite, uma nova lei sobre a informática.

— Não será possível que parta do Presidente o desejo de fazer retaliação, já que o Governo desaprova ameaças estrangeiras nesse sentido. Ou o Presidente Sarney demite Frota e deixa de nomeá-lo Presidente da EBN ou somos obrigados a aceitar que ele não falou em seu nome.

Em menos de meia hora de discussão, o assunto acirrou os ânimos no plenário quando, ao ouvir de Antônio Brito que Sant'Anna não poderia manifestar-se como Líder na Constituinte, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) gritou:

— Ele fala quando quiser. Ele pode

falar — dizia.

Pela liderança do PT, o Deputado José Genoíno (SP) disse que a posição manifestada pelo Planalto representou "uma chantagem, uma ameaça e uma intromissão, que merecem o veemente repúdio da Constituinte". O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), afirmou que a resposta à posição presidencial "será dada com soberania no próximo fim de semana", quando deverá ser votado na Comissão de Sistematização o mandato presidencial.

Pelo PDT, o Deputado Lysáneas Maciel (RJ) disse que a Constituinte "vive desde o início de seus trabalhos sob o clima dos recados, que são destinados aos fisiológicos e covardes". Segundo ele, "ninguém deve se surpreender com o Presidente Sarney", que classificou de "homem menor e mediocre".

O Vice-Presidente da Sistematização, Deputado Aloísio Campos, disse que as decisões do órgão têm "manifestado a completa independência dos seus membros, que não aceitam qualquer pressão seja efetuada a fim de conduzir seus trabalhos".

O Líder do PC do B, Haroldo Lima, afirmou que Sarney tem procurado, sem sucesso, o apoio dos militares e dos Governadores para cumprir cinco anos de mandato. O Chefe do governo, segundo ele, trabalha nesse sentido "para desmoralizar o poder civil e a Constituinte" e não por um projeto nacional.

## Líder do Governo garante vitória dos 5 anos por mais de 50 votos

BRASÍLIA — O mandato do Presidente José Sarney já está fixado em cinco anos e, no próximo fim de semana, quando o tema for votado, a tese vencerá por mais de 50 votos de diferença. Esta afirmação foi feita ontem, várias vezes, pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, em conversas com jornalistas. Ex-Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna pouco ficou ontem no plenário, durante a votação do capítulo referente à saúde no anteprojeto de Constituição. Preferiu fazer contas sobre a votação do sistema de governo, ao lado do Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

Os "progressistas" também fizeram suas próprias contas. No fundo do plenário, o Senador Afonso Camargo (PMDB-PR) garantia que já tinha computado 45 votos a favor dos quatro anos de mandato para o Presidente Sarney. Já o Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP), que pretende ver aprovado o sistema presidencialista com quatro anos de

mandato para Sarney, tentava vencer um grupo de presidencialistas da Frente Liberal a se somarem à frente que votará pela redução do mandato.

O Vice-Líder do PFL, Deputado Alcení Guerra (PR), defensor das eleições em 88, estava cético em relação a isso. Depois de ouvir um discurso inflamado do Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), assegurando que a redução do mandato não influenciaria o plenário da Sistematização na hora de votar o sistema de governo, Alcení disse que o Palácio do Planalto agiu com muita competência em sua estratégia para vencer os constituintes a não votarem pelos quatro anos, usando, segundo ele, favores, ameaças, chantagem emocional e até acenando com o parlamentarismo-já.

Para Alcení Guerra, esta eficiência "tem a assinatura do Prisco Viana" (Ministro da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente). A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) foi convencida ontem. Ela infor-

mou que passará a defender até seis anos de mandato, desde que não se coloque em risco o sistema parlamentarista.

O plenário da Comissão de Sistematização recebeu ontem muitos constituintes que não integram a Comissão. Eles foram tentar mudar votos definidos e convencer indecisos. Entre esses parlamentares, estavam defensores do mandato de quatro anos, como Jaime Santana (PFL-MA) e o Secretário Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz (MS), que passaram a tarde fazendo proselitismo entre seus colegas de partido, ao que parece sem nenhum sucesso.

No final da tarde, o plenário da Comissão de Sistematização parecia uma bolsa de apostas, mas uma certeza unia os partidários dos quatro e dos cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney: todos achavam que o resultado da votação na Comissão será modificado no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.